



**LULA PRESIDENTE**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DA AQUICULTURA E PESCA**

**Programa Setorial de Aquicultura e Pesca  
2007 / 2010**





ORDEM E

**L U L A P R E S I D E N T E**

---

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DA AQUICULTURA E PESCA**

---

**Programa Setorial de Aquicultura e Pesca  
2007 / 2010**





# Sumário

---



Apresentação

- I. A produção de pescado no Brasil
- II. Uma realidade que começa a ser mudada
- III. Política de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca 2007-2010



# Apresentação

**A**qüicultura e a pesca no Brasil de hoje estão melhores que há quatro anos. É preciso, porém, avançar muito mais. O Governo Lula iniciou o processo de resgate da dívida do País com o setor, que viveu os últimos anos abandonado. A criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), com status de ministério, revela a preocupação do Presidente com esses importantes segmentos econômicos.

★  
6 O setor é responsável por 1 milhão de empregos diretos e 2,5 milhões de empregos indiretos e por uma renda anual de R\$ 5 bilhões. Produz 1 milhão de toneladas de pescado, ocupando a 27ª posição na produção mundial. Mas o potencial é muitas vezes maior.

Até 2002, a ausência de políticas públicas era a principal característica do modelo de exploração pesqueira. Isso proporcionou crescimento desordenado, elevados índices de exclusão, empobrecimento da pesca artesanal e sucateamento da infra-estrutura, além do esgotamento dos principais recursos pesqueiros.

O Governo Lula rompeu com o paradigma anterior e deu início a um novo modelo de de-

envolvimento, fundado na sustentabilidade ambiental, econômica e social. Limites administrativos e financeiros não impediram os significativos avanços e a consolidação de uma gestão muito superior às anteriores. Este programa de governo identifica quatro diretrizes centrais para o segundo mandato do presidente Lula.

A primeira parte da constatação de que o desenvolvimento sustentável da aqüicultura e pesca passa pela consolidação de uma política de Estado para o setor, com fortalecimento da estrutura institucional, reorganização da cadeia produtiva e ocupação plena da Zona Econômica Exclusiva.

A segunda destaca a necessidade de fortalecer e modernizar o setor pesqueiro.

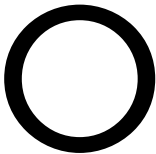
A terceira diz respeito ao desafio de promover o crescimento da produção, por meio do desenvolvimento sustentável da aqüicultura.

A quarta diretriz é incluir social e economicamente os pescadores artesanais, aprofundando o processo de resgate da cidadania desse segmento.

O governo Lula inseriu a aqüicultura e a pesca na agenda nacional. Agora é preciso

dar os passos seguintes, consolidando as políticas que deram certo, corrigindo os erros e ousando avançar para superar os limites.

## 1. A produção de pescado no Brasil

 Brasil é um país que possui 8.500 km de costa marítima, 4,3 milhões de km<sup>2</sup> de Zona Econômica Exclusiva e 13,7% do total de reserva de água doce do planeta. Esse potencial foi historicamente reprimido pela dispersão e descontinuidade de políticas e programas para o setor.

A situação herdada pelo Governo Lula era fruto de um modelo de exploração concebido na década de 60 e aplicado até o final dos anos 80 pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), que buscava o aumento da produção, sem grande preocupação com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros ou com os demais fatores sociais e culturais ligados à atividade pesqueira.

Esse modelo entrou em decadência na década de 80, levando, entre outras razões, à extinção da SUDEPE. Na década de 90, a pesca e a aquicultura foram sub-aproveitadas. Nem a criação do Departamento de

Pesca e Aquicultura (DPA), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 1998, reverteu esse quadro, especialmente porque as poucas políticas para o setor privilegiavam a pesca oceânica. As pescas artesanal e de micro e pequenos armadores sofreram um processo de estagnação e de queda.

No legado dos governos anteriores estava o esgotamento dos recursos pesqueiros. Os principais estoques de pescados da costa marítima estão em seu nível de exploração plena, acima do nível sustentável. A degradação dos rios, o desmatamento das matas ciliares, a construção de barragens, a contaminação das bacias e o pouco envolvimento dos estados e municípios na política voltada ao setor pesqueiro se tornaram fatores preponderantes à escassez dos recursos pesqueiros continentais.

A ausência de políticas públicas deu causa ao desordenamento das atividades de pesca e aquicultura, aos elevados índices de pauperização da pesca artesanal e de pequena escala e ao sucateamento da limitada infraestrutura.

Os conflitos envolvendo a pesca profissional e amadora e entre pescadores artesa-

nais, industriais e aqüicultores, somados ao alto grau de exclusão e pobreza dos pescadores artesanais, geravam um permanente clima de tensão. A falta de organização, de regulamentação e de fiscalização da pesca e aqüicultura fez com que algumas atividades como a carcinicultura crescessem de forma desordenada, com profundos impactos sociais e ambientais.

Em paralelo a esse modelo de exploração, desenvolveram-se relações clientelistas entre o poder público e os pescadores e aqüicultores que, somadas ao alto grau de exclusão dos pescadores artesanais, dificultaram a organização da base social vinculada à pesca e à aqüicultura.

O lugar irrelevante da pesca e da aqüicultura nas políticas públicas contrastava com a importância do consumo de pescado. Conforme recomendado pela FAO/ONU, o consumo mínimo deve ser de 12 kg/hab/ano e o Brasil consome apenas 6,8 kg/hab/ano.

## **2. Uma realidade que começa a ser mudada**

O balanço do governo para a aqüicultura

e pesca é fundamentalmente positivo, especialmente porque deu início a um novo modelo de desenvolvimento calcado na sustentabilidade ambiental e na inclusão econômica e social de mais de 500 mil famílias de pescadores artesanais, historicamente relegados ao analfabetismo, à pobreza e à exclusão das políticas públicas.

O Presidente Lula cumpriu os compromissos assumidos na Carta aos Pescadores, lançada em agosto de 2002. Foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) para transformar em realidade o potencial pesqueiro e aqüícola existente no Brasil, uma importante conquista do setor.

### **2.1. Sustentabilidade ambiental e participação social**

O Governo Lula tem na sustentabilidade ambiental um dos pilares das políticas direcionadas à pesca e à aqüicultura. Os programas e ações da SEAP, do IBAMA e dos demais órgãos federais ligados ao setor têm como meta a recuperação dos estoques pesqueiros e a preservação dos ecossistemas.

A centralidade que a preservação ambiental ocupa nas políticas públicas desde janeiro de 2003 ainda não foi suficiente para equacionar



o passivo ambiental herdado dos governos anteriores. É preciso avançar na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, ordenando atividades que impactam negativamente o meio ambiente, de sorte a garantir a preservação dos recursos naturais.

Pela primeira vez na história do Brasil, as políticas para o setor são gestadas e executadas com a participação direta dos homens e mulheres do setor. As duas Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca, realizadas em 2003 e 2006, envolvendo mais de 30 mil pessoas, e o I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura, em 2004, reafirmaram a necessidade de participação e transparência na gestão pública, bem como a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

O processo desencadeado pelas conferências e a participação direta nas audiências públicas, comitês e grupos de trabalho retiraram do obscurantismo político milhares de pescadores artesanais e industriais, maricultores, aqüicultores e armadores, que se tornaram sujeitos de um modelo de gestão e de ação compartilhada e solidária.

No Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE), órgão colegiado de caráter consultivo, que integra a estrutura básica da SEAP,

a participação democrática foi aprofundada. Os representantes do setor promovem a articulação e o debate entre os diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada.

## **2.2. Soberania nacional**

Os programas e ações do governo visam retomar o controle da costa marinha e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) dos ataques das grandes potências mundiais da pesca e garantir o atendimento das cotas internacionais. O Brasil agora tem posição no mercado pesqueiro internacional, sem subserviência nem subordinação.

Com o Programa de Modernização da Frota Pesqueira Oceânica (Profrota Pesqueira), o governo disponibilizou R\$ 95 milhões para 21 projetos de construção e reforma de embarcações que se destinarão à exploração da pesca oceânica de grande profundidade. O programa prevê a aplicação de R\$ 1,2 bilhão, em quatro anos (2005-2008), o que permitirá atender 520 embarcações.

O Profrota Pesqueira é o principal programa de constituição da frota nacional. Prima pelo desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos, prevendo a construção, aquisição e substituição, além de possibilitar a modernização e adaptação de embarcações adequadas

às necessidades do País. Visa ainda garantir a soberania nacional em águas da ZEE, por meio da substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais.

A redução do esforço de pesca nas áreas mais próximas à costa também está contemplada pelo Profrota, na medida em que prevê a conversão de embarcações de pesca costeira para pesca de grande profundidade.

### **2.3. Inclusão social e geração de trabalho e renda**

O Governo Lula priorizou a inclusão social e promoveu o recadastramento dos pescadores profissionais, no esforço de retirar o pescador da informalidade e coibir a existência dos falsos pescadores. A nova Carteira do Pescador, concedida sem qualquer ônus ou pagamento de taxas, identifica o trabalhador da pesca, tornando-o cada vez mais protegido pela legislação. O recadastramento alcançou 500 mil pescadores e cerca de 400 mil novas carteiras foram emitidas.

Foi implantado o novo Seguro Defeso, concedido ao pescador no período em que a pesca está proibida. A cobertura social do Seguro Defeso foi ampliada em 115%. Saltou de R\$ 62,7 milhões aplicados em 2002 para R\$ 219,1 milhões, em 2005, aumentando o nú-

mero de beneficiários de 92 mil para 195 mil pescadores.

O governo criou o Pescando Letras, que promoveu a alfabetização de 80 mil pescadores e instalou 25 Telecentros, capacitando 8.400 pescadores. Além disso, investiu R\$ 7 milhões na Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola, que beneficiou 18 mil pescadores e aqüicultores.

### **2.4. Acesso ao crédito**

O Governo Lula criou linhas de crédito e financiamento voltadas à pesca artesanal, aqüicultura e pesca industrial, disponibilizadas para investimento, custeio e comercialização, por meio do PRONAF, Fundos Constitucionais e novas carteiras de crédito. A articulação institucional possibilitou contratos para 40 mil aqüicultores e pescadores em 2005 e a disponibilização de R\$ 600 milhões para 2006. Com isso, procura-se transformar o sistema financeiro estatal em instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

### **2.5. Infra-estrutura e Comercialização**

Em 2003, os Terminais Pesqueiros Públicos estavam completamente sucateados. Foram

investidos mais de R\$ 57 milhões no Programa Nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs), que prevê a reforma ou construção de 19 terminais pesqueiros de porte médio e grande.

O governo construiu frigoríficos, entrepostos de pescado e 33 unidades de fábricas de gelo. Foi ampliado de 12% para 20% a subvenção econômica ao óleo diesel marítimo, aplicando R\$ 16,4 milhões no subsídio de quase 180 milhões de litros até 2005. Além disso, modernizou a gestão, possibilitando o acesso dos pescadores artesanais, até então excluídos dos benefícios do programa, e está instalando unidades modulares de abastecimento de combustível subsidiado nos locais de maior concentração de pescadores. Com isso, começa a resolver um dos maiores problemas para quem vive da pesca, especialmente os pequenos.

Foi criado o programa Feira do Peixe, que distribuiu 400 kits-feira (tendas e utensílios) para a venda direta do pescado, beneficiando 10 mil pescadores e aqüicultores. A Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescados promove a Semana do Peixe, que difunde informações sobre os benefícios para a saúde decorrente do consumo regular desse alimento. Missões e intercâmbios internacionais foram viabilizados em parceria com a APEX-Brasil

para divulgar o pescado brasileiro e promover a exportação.

## **2.6. Pesquisa**

Para o desenvolvimento de pesquisa e geração de novas tecnologias, o Governo Lula investiu R\$ 18,8 milhões em diversas ações nas áreas de aqüicultura e pesca. Destacase o lançamento de quatro chamadas públicas, que permitiram o apoio a 71 projetos em diferentes instituições de pesquisa do Brasil e a celebração de convênios objetivando a reforma e/ou construção de laboratórios de pesquisa, apontando para a necessidade de estudos e pesquisas voltados para os aspectos ambientais e sócio-econômicos da atividade.

## **2.7. Aqüicultura**

O Governo Lula começou a transformar em realidade o imenso potencial aqüícola do Brasil. Estruturou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, apoiando a implantação de Laboratórios de Produção de Alevinos e de Unidades Demonstrativas e de Beneficiamento do Pescado. Estão sendo construídos ou reformados laboratórios que permitirão a produção de larvas de camarões, sementes de moluscos e alevinos de peixes marinhos, as-

sim como unidades demonstrativas de maricultura, fomentando o cultivo de algas, moluscos, camarões e peixes marinhos.

Ademais, o governo deu início ao processo de abertura das águas da União para fins de aquíicultura, por meio de regulamentação e implantação de parques aquícolas e emissão de títulos de cessão de uso em todo território nacional, respondendo a uma demanda de mais 15 anos do setor. Estão em fase avançada de demarcação os parques aquícolas de Itaipu (PR) e Castanhão (CE) e há estudos para instalação de vários outros, nas diversas regiões do país.

O desenvolvimento da maricultura e a demarcação dos parques aquícolas marinhos e faixas de preferência para comunidades tradicionais costeiras é planejado por meio dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM).

O PLDM utiliza ferramentas de zoneamento em escala local, comitês de integração institucional e audiências com as comunidades para a identificação e planejamento participativo de áreas propícias para o desenvolvimento da maricultura, considerando os demais usuários dos recursos naturais costeiros.

Entre 2004 e 2006 a SEAP celebrou sete convênios, investindo cerca de R\$ 5 milhões na elaboração dos PLDM em 47 municípios costeiros.

Os programas e ações para a aquíicultura estão em fase inicial de implementação, mas já demonstram que essa atividade, quando desenvolvida de forma planejada e ordenada, minimizando os impactos ambientais, se constitui em alternativa ao aumento da produção de pescado.

### **3. Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquíicultura e Pesca 2007-2010**

O Programa de Governo para a Aquíicultura e Pesca identifica quatro diretrizes gerais para 2007-2010:

- a) Consolidação de uma política de Estado para o setor, com fortalecimento institucional, respeito ao meio ambiente, reorganização da cadeia produtiva e ocupação plena da Zona Econômica Exclusiva.
- b) Fortalecimento e modernização do setor pesqueiro.
- c) Crescimento da produção por meio do desenvolvimento sustentável da aquíicultura.
- d) Inclusão social e econômica dos pescadores artesanais.

A implementação dessas quatro diretrizes consolidará um novo ciclo de desenvolvimento para a aquíicultura e pesca, capaz de afirmar

a validade e a atualidade da transição de um modelo de exploração calcado na maximização da rentabilidade e na degradação ambiental, em direção a um novo projeto para o setor, que harmonize o econômico, o social e o ambiental, impulsionando o crescimento da produção, a distribuição de renda, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Esse modelo, pautado na gestão participativa, resgata a esperança dos pescadores e aqüicultores desatada pela candidatura Lula em 2002 e reafirmada em 2006.

## **Diretrizes e ações para 2007-2010**

### **3.1. Participação Social**

A participação popular é uma das marcas do Governo Lula. O Programa de Governo 2007 – 2010 reafirma a importância da democratização do Estado, bem como o aprofundamento da participação cidadã na definição e execução das políticas públicas para a aqüicultura e pesca.

#### **Ações**

Estimular a participação social na gestão dos recursos pesqueiros.

Realização das Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca, a cada dois anos, com de-

legados eleitos nas conferências estaduais.

Fortalecimento e aperfeiçoamento do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE), com melhor definição das competências, composição e Câmaras Temáticas.

Fomentar a participação dos representantes do setor na gestão dos Terminais Pesqueiros Públicos, nos comitês de gestão, nas câmaras setoriais e nos grupos de trabalho.

### **3.2. Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal**

Num segundo mandato, continuaremos enfrentando o desafio de incluir social e economicamente os pescadores artesanais, que envolve mais de um milhão de pessoas, contando com jangadeiros, ribeirinhos, caiçaras, pantaneiros, quilombolas e índios. O conjunto de ações e programas implantado entre 2003-2006 deu início ao resgate da cidadania desse segmento, mas é preciso aprofundar o processo de valorização da pesca e da cultura das populações tradicionais.

#### **Ações**

Criar os Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), como unidades da cadeia produtiva pesqueira, promovendo a consolidação

de infra-estrutura nas comunidades pesqueiras de forma integrada, contemplando todas as etapas, a partir do fornecimento de insumos como gelo e óleo diesel, estruturas de desembarque aptas ao processamento, armazenamento, comercialização, agregando-se valores ao pescado.

Criar o Programa Nacional de Modernização da Frota Artesanal, com previsão para instalação de equipamentos adequados, mecanismos de segurança pessoal e prevenção de acidentes e adequado treinamento da tripulação para a sua utilização.

Transformar o Pescando Letras em uma política nacional de formação para pescadores (alfabetização e formação profissional), que leve em consideração a realidade social, cultural e histórica das comunidades pesqueiras.

A meta é eliminar progressivamente o analfabetismo e garantir que as Instituições Federais de Educação Tecnológica localizadas em comunidades ribeirinhas ou litorâneas ofereça ensino formal e profissional compatível com as realidades locais.

Promover o Programa Nacional de Habitação para Pescadores e Pescadoras, combatendo o déficit habitacional do setor pesqueiro.

Fortalecer o desenvolvimento da pesca de pequena escala, com o direcionamento para a pesca oceânica, por meio de projetos demonstrativos.

Estimular os acordos de pesca regionalizados, no contexto do ordenamento geral da pesca.

Criar o Programa de Atenção à Saúde Integral para os Trabalhadores da Pesca Artesanal, com ações coordenadas entre diversos órgãos do Governo Federal e a sociedade civil organizada, voltadas à proteção, segurança e saúde ocupacional no ambiente de trabalho destes profissionais e capacitação em noções básicas de saúde e primeiros socorros.

Promover a geração de conhecimentos e a socialização de informações e conhecimento popular, relativas ao trabalho na pesca.

Apoiar a criação e implementação de Reservas Extrativistas e de outras Unidades de Conservação de Uso Direto, em sintonia com a Política da Pesca, como espaços especialmente protegidos onde a população usuária possa desenvolver atividades produtivas respeitando os limites do meio, mantendo as tradições culturais e fortalecendo as comunidades de pescadores tradicionais.

Promover o acesso de pescadores artesanais proprietários de embarcações pesqueiras ao Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Marítimo.

### **3.4. Desenvolvimento Sustentável da Pesca Industrial**

Em decorrência do esgotamento de vários recursos pesqueiros, o desenvolvimento sustentável da pesca industrial passa pelo incentivo à pesca oceânica e fortalecimento e modernização do setor pesqueiro.

#### **Ações**

Consolidar uma frota pesqueira nacional oceânica, em conformidade com as metas previstas no Profrota Pesqueira, com vistas a ocupar soberanamente a Zona Econômica Exclusiva e ampliar a pesca nas águas internacionais.

Mapear os recursos com potencial de exploração sustentável e abrir novas cadeias produtivas, redirecionando o excesso de esforço de pesca atual para essas novas modalidades.

Consolidar os Programas Nacionais de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira e Rastreamento por Satélite de Embarcações de Pesca.

Consolidar a Central de Monitoramento da frota brasileira.

Ampliar o Programa de Formação de Aquaviários, incluindo padrões de pesca, pescadores especializados e motoristas de pesca.

Capacitar e qualificar trabalhadores da pesca, para novas modalidades de pesca, com emprego de novas e mais avançadas tecnologias.

Promover a escolarização e capacitação dos trabalhadores da pesca industrial, especialmente para atender pescadores, por meio de cursos presenciais e à distância.

### **3.5. Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura**

Nos últimos cinco anos, a aqüicultura vem apresentando taxas de crescimento anual superiores a 22%. Em 2005, as diversas modalidades da aqüicultura produziram cerca de 300 mil toneladas de pescado. O potencial de produção é muito maior, podendo chegar a 3 milhões de toneladas anuais, no médio prazo.

O cultivo de pescados, orientado pelo respeito ao meio ambiente e à pesca extrativa, é uma das alternativas ao aumento da produção e à redução dos custos para o consumidor, possi-



bilitando a elevação do consumo per capita.

## Ações

Consolidar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, transformando em realidade o potencial aquícola brasileiro.

Efetivar o processo de abertura das águas da União, garantindo a democratização do acesso, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social dos pequenos produtores aquícolas.

Consolidar o Programa Nacional de Parques Aquícolas e os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura.

Promover o Zoneamento Ecológico-Econômico da aquíicultura brasileira, instituindo Pólos de Desenvolvimento da Aqüicultura nas principais regiões do Brasil.

Ordenar, fiscalizar e promover o planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável da carcinicultura, considerando os demais usuários dos recursos naturais costeiros, as áreas de preservação ambiental, por meio de uma abordagem participativa e interinstitucional, pautando também a resolução de conflitos e os passivos ambientais resultantes do desenvolvimento desordenado do setor.

Criar um Comitê Permanente de Gestão da Aqüicultura, com vistas a superar conflitos decorrentes do desenvolvimento da atividade.

Elaborar legislação específica para a aquíicultura nacional, incorporando dispositivos dos Códigos de Conduta da Aqüicultura da FAO/ONU.

Instituir o Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura Familiar, voltado à pequena propriedade rural, reservatórios de água e assentamentos de reforma agrária.

Instituir programas permanentes de capacitação e gestão da qualidade da atividade aquícola.

Instituir nos programas de crédito o ajuste necessário para que pequenos produtores tenham acesso a recursos para investimento, custeio e comercialização em aquíicultura, garantindo que restrições econômicas dos pequenos produtores não seja uma barreira ao acesso ao crédito e ao desenvolvimento econômico da atividade.

Estimular tecnologias alternativas em substituição às rações tradicionais e fomentar a aquíicultura orgânica.

Promover o cultivo de espécies nativas, respei-

tando as peculiaridades das bacias hidrográficas e regiões costeiras.

Fomentar o cultivo sustentável feito pelas populações tradicionais.

Implementar o Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves.

### **3.6. Ações relacionadas à Pesca Artesanal, Industrial e Aqüicultura**

#### **Ações**

Garantir a aprovação da Lei da Pesca, em tramitação no Congresso Nacional, de sorte a promover a revisão e aprimoramento do marco regulatório da aqüicultura e pesca.

Criar o Fórum Nacional dos Pescadores para debater o modelo de representação da categoria e definir os conceitos relacionados aos pescadores artesanal, relevantes à legislação trabalhista e previdenciária, assegurando a participação de todos os envolvidos.

Desenvolver e promover programas de incentivo ao associativismo e ao cooperativismo.

Avançar na implementação de políticas de cré-

dito à pesca artesanal, aqüicultura e pesca industrial, adequadas às realidades regionais, de sorte a garantir a estruturação da cadeia produtiva do pescado.

Fortalecer e aperfeiçoar os programas de assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola para atuar em toda cadeia produtiva do pescado.

Fortalecer os programas e ações na área da comercialização, visando o fim dos atravessadores e a redução do custo do pescado aos consumidores.

Estimular a criação de Mercados Populares, por meio da implementação de programa de comercialização, que objetive escoar espécies de baixo valor comercial, bem como espécies subexploradas ou inexploradas e produtos da aqüicultura.

Garantir que o Seguro Defeso abranja a todos os pescadores atingidos pela proibição de pesca.

Desenvolver novo sistema de permissionamento de embarcações pesqueiras, com otimização das análises de novas permissões e agilidade nas renovações dos registros.

Fortalecer ações de coleta de dados, incluindo-se os desembarques das frotas artesanais marinhas e em águas interiores.

Implantar e modernizar estruturas de desem-

barque de pescados (terminais pesqueiros públicos, trapiches, entrepostos), nas regiões de maior concentração de pescadores e embarcações pesqueiras.

Promover pescarias de espécies subexploradas ou inexploradas, objetivando-se demonstrar a viabilidade econômica, a partir dos princípios da sustentabilidade social e ambiental.

Criar mecanismo que possibilite o aproveitamento da fauna acompanhante descartada da pesca de rede.

Promover, em parceria com o setor, campanhas institucionais que mostrem o valor nutricional do pescado para a melhoria da qualidade de vida, incentivando o consumo do pescado.

Criar o Sistema Nacional de Pesquisa, Informação e Estatística da Aqüicultura e Pesca, de forma integrada e permanente, constituindo o Banco Nacional de Dados Pesqueiros (BNDP).

Promover a revitalização e modernização dos equipamentos de pesquisa para estudos visando a sustentabilidade da pesca costeira, interior e oceânica, e da aqüicultura.

Fomentar pesquisas sobre os impactos sócio-ambientais das políticas públicas e as que visem à recuperação das funções vitais dos rios

barrados e/ou com diques, facilitando o acesso das comunidades tradicionais ao conhecimento científico e estimulando a inter-relação desse conhecimento com o das populações tradicionais.

### **3.7. Integração Soberana**

Os interesses do setor pesqueiro e aquícola do Brasil precisam ser defendidos e resguardados nos principais fóruns internacionais. A viabilização das atividades pesqueiras depende de uma integração soberana e o Brasil necessita vencer o desafio de ocupar plenamente a sua Zona Econômica Exclusiva.

#### **Ações**

Organizar a 1ª Conferência Sul-Americana para o Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca, objetivando a troca de experiência entre os países participantes, e permitindo o encaminhamento e a elaboração de um Acordo Mútuo de Preservação e Desenvolvimento Sustentável do Setor Pesqueiro e Aquícola Latino-Americano.

Manter ativa participação nos principais fóruns internacionais de aqüicultura e pesca, tais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Comissão

Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT), Comissão Internacional para a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártida (CCAMLR), Comissão de Pesca Continental (COPESCAL), Comissão de Pesca do Atlântico Centro-Ocidental e Caribe (COPACO), Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fortalecer a cooperação técnica, científica e econômica com países da América Latina, Caribe, África e outros países, como Rússia, China e Índia, onde a pesca e a aquicultura são atividades sócio-econômicas de grande relevância.

Interagir, em especial, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, visando dar continuidade à formação de parcerias conducentes ao fortalecimento da cooperação na área de aquicultura e pesca.

### **3.8. Igualdade de Gênero e Raça**

A promoção da igualdade de gênero e raça estará presente em todos os programas e ações direcionados à aquicultura e pesca.

#### **Ações**

Apoiar as comunidades indígenas e rema-

nescentes de quilombos na implementação de projetos e cursos profissionalizantes nas áreas de produção e beneficiamento do pescado, implantação de tanques-redes, recuperação e repovoamento, com assistência técnica específica.

Implementar políticas públicas de valorização da mulher trabalhadora da pesca e da aquicultura, voltada ao combate ao machismo, à violência contra a mulher, à prostituição, ao uso de drogas e à superação das desigualdades.

Promover o reconhecimento como parte integrante do regime de economia familiar, do trabalho da mulher pescadora que participa diretamente das atividades relacionadas à pesca e mariscagem, confecção e reparos de artes e petrechos de pesca, transporte, beneficiamento de pescado e sua comercialização.

Apoiar a implantação de projetos e cursos profissionalizantes dirigidos especialmente para estas mulheres.

Facilitar o acesso das linhas de crédito para as mulheres, que possibilite a ocupação de mão-de-obra e a geração de renda própria.

Estimular a participação das mulheres nos órgãos colegiados ligados à aquicultura e pesca e nas as-

sociedades, colônias, sindicatos e cooperativas. Realizar o Censo da Mulher da Pesca e Aqüicultura.

garantir maior renda ao pescador artesanal e alimento de qualidade aos brasileiros com segurança alimentar, por meio de entidades assistenciais e restaurantes populares.

### **3.9. Segurança Alimentar e Programa Fome Zero**

O consumo de peixe é fundamental para garantir uma alimentação saudável. O combate à fome e a segurança alimentar é um dos objetivos estratégicos do Governo Lula.

#### **Ações**

Integrar as políticas ligadas à aqüicultura e pesca com o Programa Fome Zero, priorizando a implantação de projetos nas regiões de maior carência alimentar, aproveitando a fauna acompanhante e estimulando a captura de novas espécies por meio da garantia de sua comercialização.

Instalação de Cozinhas Comunitárias e Unidades de Beneficiamento de Pescado Comunitário nas regiões de maior incidência da fome.

Estimular a inclusão de pescado na merenda escolar.

Ampliar a inclusão do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para

## **Comissão de Aqüicultura e Pesca**

Marcos Rogério de Souza (Secretário Executivo)

Altemir Gregolin

Cleberson Carneiro Zavaski

Eloy de Souza Araújo

Fábio Hazin

Felipe Matias

Francisco Machado

Geraldo Bernardino

Ivo da Silva

José Carlos Diniz

José Claudenor Vermohlen

Karim Bacha

Leinad Ayer

Luiz Eduardo Maia Nery

Luiz Rodrigues Leite Penteado

Severino Almeida Filho

Sheila Oliveira

Sonia Fahlstrom

## **Equipe de Apoio**

Bruno Gaspar

Cilene Antonioli

## **Coordenação do Programa de Governo**

Marco Aurélio Garcia (Coordenador)

Dilermando Toni

Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar









**CONGRESS**

VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



# LULA

DE NOVO COM A FORÇA DO POVO